



SÉTIMA CÚPULA DAS AMÉRICAS  
10 e 11 abril de 2015  
Cidade do Panamá, Panamá

OEA/Ser.E  
CA-VII/DP.1/15  
11 abril 2015  
Original: espanhol

**DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA JUAN CARLOS VARELA  
RODRÍGUEZ,  
POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DA SÉTIMA CÚPULA DAS AMÉRICAS**  
Panamá, 11 de abril de 2015

Para o Panamá, foi uma honra ser sede da Sétima Cúpula das Américas que acaba de ser concluída.

Antes de mais nada, desejo agradecer ao povo panamenho que acompanhou atentamente a realização da Cúpula e compreendeu as inconveniências decorrentes das medidas de circulação e segurança que precisaram ser adotadas, a fim de garantir o sucesso da Cúpula.

Expresso meus agradecimentos aos Chefes de Estado e de Governo, assim como aos delegados dos 35 países do continente, por terem vindo ao nosso país participar desse conclave que, tenho certeza, marcará o início de uma nova era, regida pelo diálogo respeitoso e pela cooperação em nossa região.

Agradecemos a Sua Santidade, o Papa Francisco, a mensagem de paz, justiça social e solidariedade com os mais necessitados, que nos enviou por intermédio do Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Pietro Parolin.

Desejamos também reconhecer os milhares de servidores públicos, funcionários responsáveis pela área de segurança e voluntários a cargo dos temas técnicos, administrativos, de segurança e logística, pela diligência e eficiência com que trabalharam.

Além disso, desejo agradecer a todos os meios de comunicação que fizeram a cobertura e o acompanhamento desta Cúpula das Américas.

Durante vários dias, nosso país foi o centro da atenção mundial, e tenho certeza de que a opinião internacional confirmou o país que somos: um país de gente amável, hospitaleira; um país diverso e plural, que acolheu a diversidade e pluralidade política existente entre nossos países e dentro de nossos países.

Um país com uma grande capacidade logística e de instalações, que foi capaz de receber milhares e milhares de visitantes simultaneamente; um país próspero economicamente, com grande capacidade comercial e financeira.

Um país pacífico e em franco processo de consolidação da institucionalidade jurídica e política democrática. Um país do qual nós, panamenhos e panamenhas, podemos nos orgulhar. Muito obrigado, Panamá.

Em meio à diversidade e pluralidade política entre nossos países e dentro deles, facilitamos o diálogo franco e respeitoso entre os Chefes e as Chefes de Estado e de Governo de nosso continente.

Nossa intenção não foi alcançar unanimidade, o que, aliás, seria impossível em meio à pluralidade, porém, tivemos sim, a intenção de ajudar a construir pontes em meio às diferenças, e afirmar aquilo que nos une e não o que nos divide.

A Cúpula foi uma grande oportunidade de discussões multilaterais e também de encontros bilaterais entre as diversas lideranças.

Os fóruns anteriores à Cúpula, inclusive as numerosas atividades que não fizeram parte oficialmente da Cúpula, foram uma grande oportunidade de encontros pessoais e de debate de ideais e projetos, fortalecendo a cultura democrática do continente e, sem dúvida, irão materializar-se em decisões e políticas.

Devemos felicitar os cidadãos das Américas que se manifestaram livremente, reconhecendo a diversidade e respeitando as diferenças, por meio dos diversos encontros hemisféricos realizados no âmbito desta Cúpula, inclusive o Fórum da Sociedade Civil e Atores Sociais, o Fórum Empresarial, o Primeiro Fórum de Reitores e o Fórum da Juventude das Américas.

O tema da Cúpula, “Prosperidade com equidade”, consta de forma permanente da agenda e das discussões. Propusemos o tema com base em nossa experiência e na experiência de todos os países do continente. Crescemos muito, porém, nem toda a população beneficiou-se suficientemente desse crescimento.

Como país sede, propusemos um documento de Mandatos para a Ação sobre os diferentes eixos que formam a base da Prosperidade com equidade: saúde, educação, energia, meio ambiente, migração, segurança, participação cidadã e governabilidade democrática.

Após quase quatro meses de intenso trabalho, de reuniões no Panamá e na sede da OEA, em Washington, D.C., e de muitas consultas bilaterais, foi alcançado acordo em 90% dos mandatos propostos (42 de 48), e os restantes ficaram *ad referendum* de poucos países.

Houve total acordo em reconhecer que o direito à educação sem discriminação e o acesso equitativo a uma educação de qualidade é vital para se alcançar um desenvolvimento integral, erradicando a pobreza e a desigualdade.

Nesse sentido, propusemos aumentar a cobertura de nossos sistemas educacionais e fortalecer a educação técnica superior, acompanhada da criação de programas e novas oportunidades de emprego, em colaboração com o setor privado, para os jovens em risco social de nosso continente.

Em matéria de educação superior, propusemos uma aproximação maior entre as universidades e o setor público, para que nossas instituições de ensino sejam as provedoras de análises científicas, técnicas e sociais, inspeções e estudos de viabilidade, bem como das propostas de projetos de infraestrutura pública de que a comunidade necessita.

Além disso, louvamos a proposta oriunda desta Cúpula de criar um Sistema Interamericano de Educação que melhore a qualidade da educação em nosso continente.

Do mesmo modo, os esforços para assegurar o acesso universal à saúde como um direito humano fundamental receberam apoio.

Quanto à energia, pilar fundamental do desenvolvimento sustentável, acordaram-se ações que garantam o acesso à energia de fontes diversas, compatíveis com o meio ambiente, e em condições economicamente acessíveis e confiáveis.

Nesse contexto, e salientando a preocupação comum com a mudança do clima, acordaram-se mandatos destinados à proteção, preservação e restauração do meio ambiente e sua adequada gestão.

Reconhecido o vínculo entre migração e desenvolvimento, e a contribuição dos migrantes para os países de origem, trânsito e destino, os Estados definiram, em consenso, ações de cooperação mútua e de proteção dos direitos humanos dos migrantes.

No processo de discussão do documento proposto pelo Panamá foi comum a preocupação e a necessidade de unir esforços contra o terrorismo, a criminalidade organizada e outras ameaças à segurança dos cidadãos, mediante o fortalecimento da cooperação entre os países e a adoção de medidas para prevenir a violência e a criminalidade.

Finalmente, e reconhecendo que a democracia é essencial para o desenvolvimento social, político e econômico dos povos, acordou-se um conjunto de mandatos para fortalecer o Estado de Direito, a separação e independência dos poderes do Estado e o respeito aos direitos humanos, e nesse sentido definiram-se ações para promover e garantir a participação cidadã na elaboração e aplicação de políticas públicas, bem como o empoderamento do cidadão sem discriminação de gênero ou raça.

O Panamá considera que o grande número de mandatos sobre os quais houve acordo pode e deve ser da competência das instituições do Sistema Interamericano e outros organismos internacionais.

Nosso governo encaminhará os mandatos acordados a nossos diretores no BID, Banco Mundial, CAF e outras instituições financeiras multilaterais, para que sejam objeto de financiamento e assistência técnica. E o mesmo deverá ocorrer com outras organizações multilaterais, como a OEA, a CEPAL e a OPAS.

Gostaríamos de salientar que, além dos mandatos acordados, o Panamá propôs, e houve total acordo entre os países, que, entre este momento e o ano de 2025, se aperfeiçoe substancialmente o acesso da população à água potável e ao saneamento básico, bem como a cobertura da banda larga e da educação de nível médio e técnica. Do mesmo modo, e de acordo com as condições de cada país, deverá ser substancialmente aumentado o investimento em infraestrutura e sua eficiência.

Nesse sentido, saudamos a proposta decorrente do encontro privado de mandatários de criar um Centro de Desenvolvimento de Infraestrutura para apoiar os países da região nesses esforços.

Fazemos um apelo às organizações multilaterais e aos bancos multilaterais para que se empenhem ainda mais no apoio aos governos na definição dos projetos, dos estudos técnicos e dos planos conceituais da infraestrutura pública necessária para aprimorar os serviços à população e alcançar nossas metas de Estado.

Gostaríamos de agradecer ao Presidente Ollanta Humala que ofereceu seu país, o Peru, para ser sede da Oitava Cúpula das Américas e, desde já, lhe oferecemos nossa cooperação com base na experiência que acumulamos.

A América é hoje um continente em paz. Superamos os obstáculos à convivência pacífica entre povos irmãos. Por conseguinte, e para encerrar o último capítulo de conflitos armados nas Américas, comemoramos os avanços significativos das conversações de paz em Havana, Cuba, entre o Governo da República da Colômbia e as FARC.

Reconhecemos o grande esforço envidado pela República de Cuba como anfitriã no apoio a essas conversações.

Nunca antes se havia estado tão perto de pôr fim a esse longo conflito e de alcançar a paz na Colômbia, que também representa a paz de todo o nosso continente.

Por isso, esperamos que o Governo da Colômbia e as FARC cheguem rapidamente a um acordo neste ano, para que todos contribuamos para o que mais nos importa: a implementação e consolidação da paz.

Por diversas razões, esta foi uma Cúpula histórica, que convocamos com caráter universal dentro das Américas.

A decisão anunciada pelos Presidentes de Cuba e dos Estados Unidos de avançar em um novo enfoque das relações entre ambos os países criou uma legítima expectativa de que situações antigas e recentes, que tornaram tensas as relações hemisféricas, possam ser solucionadas.

Esta Cúpula serviu para estender pontes nessa direção.

Para o Panamá e para o meu governo foi uma grande honra ser anfitriões desse encontro.